

A CULTURA E SUA INSERÇÃO NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS DO CAMPO EM AMARGOSA/BA

Caliane Costa dos Santos da Conceição
Jaqueline Barreto
Silvana L. da S. Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
jqbarreto@gmail.com

Este texto estabelece a relação entre Educação do Campo e a cultura como matriz do conhecimento produzido nas escolas do campo em Amargosa, Bahia. Ele resulta de uma pesquisa mais ampla que faz o mapeamento das experiências pedagógicas com a Educação do Campo e Educação Ambiental no Vale do Jiquiriçá, Bahia¹ e apresenta três pontos de partida para a análise e discussão dos dados: o artigo 2º da LDB; os princípios da Educação do Campo contidos no Decreto 7.352. (Art. 2º, 2009) e no documento Diretrizes para Educação do Campo em Amargosa (2012). Os dados revelam que, apesar dos diversos espaços formativos para os profissionais da educação e dos documentos oficiais, a cultura dos povos do campo de Amargosa não são incorporados aos projetos pedagógicos e às práticas educativas escolares.

Introdução

A LDB diz que a educação escolar deve *vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social* (Art. 2º). A partir deste pressuposto legal, entendemos que as práticas educativas devem ajudar na construção das identidades locais alicerçadas nas capacidades e nos valores dos educandos, permitindo-os compreender, crítica e politicamente, o mundo e o significado das coisas e das relações sociais fortalecendo, ou não, o sentimento de pertença ao local.

Tal perspectiva é reafirmada no segundo princípio da Educação do Campo (Decreto 7.352. Art. 2º, 2009) que faz um apelo ao “respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional, de raça e etnia”.

¹ Projeto financiado pela FAPESB: Educação do Campo e Educação Ambiental no Ensino Fundamental do Vale do Jiquiriçá/Bahia: mapeando e problematizando as experiências pedagógicas – Edital PIBIC/PIBIC AF/UFRB/CNPq/FAPESB 2012/2013

Sob esta orientação, a proposta de Educação do Campo para Amargosa² aponta o debate da cultura como matriz do conhecimento. No documento Diretrizes para Educação do Campo em Amargosa (2012) o poder público reconhece e acolhe o imperativo de se pautar a cultura dos sujeitos do campo no currículo escolar. Nesta perspectiva, os elaboradores buscaram contemplar uma proposta curricular diferenciada capaz de atender a diversidade e as especificidades do campo, valorizando a necessidade de afirmação da identidade do campo dialogando com uma perspectiva emancipatória de currículo. Tal prática estar respaldada ainda no Artigo 6º do Decreto 7.352 (2009) que diz:

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios da comunidade, em diálogos com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação do campo contextualizadas.

Partindo dos pressupostos citados acima, compreendemos que uma proposta de Educação do Campo não se realizada sem o necessário diálogo com cultura camponesa. Ao resgatar os seus elementos, sabe-se que em nossa região os camponeses são pequenos e médios agricultores produtores de cacau, mandioca, banana, hortaliças, criadores de gado. Considerando a cor da pele são afro-descendentes que habitam as encostas das serras ou ribeirinhos dos rios jiquiriçá, ribeirão, corta-mão. Apesar a ausência de pesquisas acadêmicas na área, é sabido que na região habitaram indígenas da nação Kariris Sapuás.

Contudo, pouco se tem registrado sobre a cultura camponesa de Amargosa e tão pouco tais temáticas são trabalhadas nas práticas educativas escolares. Ou seja, a sua existência “no mundo e com o mundo”, como afirma Freire (2007, 12ª ed. p. 77 - grifo do autor) não é contemplada nos currículos escolares. Igualmente não aparece sua existência determinada por sua condição de classe, as contradições geradas no confronto entre valores culturais dominantes e subalternos, a exemplo da conflituosa relação entre cristianismo e candomblé, a relação campo-cidade e, as relações de poder diversas que

² Documento aprovado pelo Conselho de Educação em abril de 20102: Diretrizes para a Educação Básica do Campo de Amargosa.

implicam em relações sociais estabelecidas num espaço-tempo físico, histórico e cultural.

Segundo Paulo Freire o aprendizado da leitura e da escrita, bem como dos demais saberes, só terá um significado real quando educadores e educandos vão “percebendo a solidariedade que há entre a linguagem-pensamento e realidade”. (FREIRE, 2007, 12ª ed. p. 27-28).

O Campo é lugar produtor de cultura com especificidades e necessidades de formar sujeitos autônomos, sujeitos sócio-políticos do local onde vivem.

O campo da educação em Amargosa

Amargosa é um município localizado no Vale do Jiquiriçá, classificado como Território de Identidade do estado da Bahia. Com 435. 932km² possui 34.351 habitantes sendo 24.891 hab. na zona urbana e 9.460 hab. da zona rural (IBGE, 2010), caracterizando-se como território camponês, na medida em que é um lugar de produção da vida, da cultura e não só de alimentos baseado na organização do trabalho familiar.

A superioridade da população urbana (72,46% do total), e sua inserção majoritária nas funções econômicas ligadas ao comércio, indústria e serviços leva a sociedade local a entender o município como eminentemente urbano. Mas, é muito importante analisar os dados de forma mais criteriosa.

O IBGE classifica a população como urbana ou rural segundo a localização do domicílio:

“Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 01 de agosto 1996 . Na situação **Urbana** consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação **Rural** abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”.³

³ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/conceitos.shtml>. Pesquisa em 24/03/2012.

Segundo essa instituição de pesquisa, a população que mora na sede dos distritos de Corta Mão, Diógenes Sampaio, Itachama é urbana. Contudo, eles tiram o sustento de atividades eminentemente rurais (plantio de cacau, mandioca, banana e verduras, criação de gado, agricultura camponesa), da aposentadoria enquanto ex-trabalhadores rurais, do programa bolsa família ou serviço público. Todavia, é comum a manutenção da roça enquanto complemento da renda familiar. Em geral, uma atividade não elimina a outra. Mas, mesmo assim, são contabilizadas como urbanas.

A população contabilizada como rural são aquelas que moram fora do que se considera perímetro urbano, as vilas e comunidades rurais dispersamente distribuídas no território e que também não vivem apenas da roça.

Por ser um município de base agropecuária forte, essa atividade laboral envolve um grande número de trabalhadores. Segundo o IBGE (2007), são 5.040 pessoas envolvidas com as atividades agrícolas, de pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Esse número representa 14,7% da população total. O valor bruto do PIB da agropecuária (R\$ 20.855,00) supera o da indústria (R\$ 20.230,00), mas é inferior ao valor dos serviços (R\$ 112.694,00).

Em Amargosa muitos dos trabalhadores rurais são meeiros, rendeiros ou vendem a sua força de trabalho para os proprietários rurais locais e, não obtendo uma renda necessária para garantir o sustento da família, migram para outros municípios ou para a cidade, primeiro por que a distribuição de terra é feita de acordo a capacidade de compra dos sujeitos e segundo como pode-se constatar pelos dados IBGE (2007) a maior parte do PIB vem dos serviços que estão lotados na cidade.

Corroborando com Lins (2007) entendemos que Amargosa tem sua formação sócio-espacial orientada a partir da produção agroexportadora de café, fumo e posteriormente cacau, fato que possibilitou que uma grande articulação política resultasse na construção, em 1892, do ramal da estrada de ferro ligando Amargosa ao Porto de Nazaré das farrinhas. Tal construção conferiu ao município uma “funcionalidade estratégica” transformando-a em “pólo regional” por desempenhar o papel de zona de integração entre a mata e o sertão baiano. A partir dos anos de 1930 ela entra em declínio, mas tem, a partir de 2006, sua economia caminhando para a

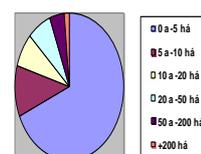
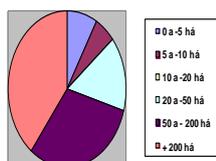
revitalização da economia urbana com a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Segundo Lima (2012), analisando os indicadores econômicos atuais temos que a maior parte do produto interno bruto/PIB municipal, ou seja, 68,24% do total sai de atividades ligadas a prestação de serviços (educação, saúde, lazer, serviços culturais, hospedagem, tecnologias da informação) e do comércio. Em Amargosa, assim como na maioria dos municípios de pequeno porte, estes serviços são extremamente concentrados na sede municipal. A sede é a cidade de Amargosa que se vê cotidianamente modificada pela chegada dos habitantes da zona rural ou de outras localidades. A educação também participa desta lógica, ou seja, a oferta de vagas nas séries finais do ensino fundamental e médio é quase uma exclusividade da sede, fazendo com que os jovens também tenham se deslocar para a cidade.

A produção é baseada nos cultivos de mandioca, (2.100 ha), café (760 ha), banana (720 ha), cacau (500 ha), cana-de-açúcar (210 ha), castanha de caju, laranja, feijão, maracujá, amendoim, etc. A partir dos anos de 1970 a pecuária extensiva vem crescendo, ocupando novas extensões de terra, reduzindo a área de produção agrícola de parceiros e meeiros, expulsando o homem do campo e reduzindo a oferta da palha de ouricuri (*Syagrus coronata*) matéria prima do artesanato da região. A produção agropecuária responde por 16,5% do PIB municipal.

Analisando a estrutura fundiária temos que Amargosa é um município de predomínio dos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas. Observemos os gráficos a seguir:

1. Número de estabelecimento agrícola em Amargosa (Censo Agropecuário, 2006)
2. Área total ocupada pelos estabelecimentos agrícolas por tamanho da área em Amargosa (Censo Agropecuário, 2006)



Segundo o IBGE (2006) Amargosa tem 2.094 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 29.887 hectares. Se houvesse uma distribuição equitativa das terras teríamos estabelecimento com 14,27 He. Todavia, sabemos que as terras são distribuídas conforme a capacidade de compra dos sujeitos ou sua capacidade de burlar a lei fazendo grilagem de terra.

Os gráficos anteriores são reveladores da realidade acima referida. Mostra que na medida em que o tamanho da propriedade aumenta diminui o número de proprietários. Na sociedade capitalista fundamentada na divisão das classes sociais, na diferenciação entre ricos e pobres tais diferenças são naturalizadas e silenciadas nos projetos de ensino de forma geral.

As diretrizes para a Educação do campo em Amargosa

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação e da DIREC, em 2012 existiam 32 escolas na rede municipal e quatro na rede estadual de ensino. Desta última, uma é a antiga Escola Agrotécnica, hoje Centro Territorial de Educação Profissional Vale do Jiquiriçá (CETEP) que, juntamente com 27 escolas municipais estão localizadas no campo. Dos 272 docentes, 87 são na rede estadual, 155 do município e 30 na rede privada (IBGE, 2010). Destes, 49 docentes estão lotados nas escolas do campo da rede municipal, sendo 23 efetivos e 26 contratados temporariamente. Em sua maior parte os docentes são moradores da cidade.

As 28 escolas localizadas no campo somam 75% das escolas do município de Amargosa, ficando evidente que suas trajetórias não são marcadas pelo reconhecimento dos sujeitos do campo e de sua cultura, fazendo da Escola do Campo uma reprodução da Urbana. A não preocupação com as especificidades da educação do campo também se revela na não continuidade de um coordenador para o setor. Contudo, durante todo o tempo de realização do projeto, o programa Escola ativa que envolvia as classes multisseriadas era apresentado como política de Educação do Campo no município.

Compreendemos que para formar o sujeito em todas as dimensões, permitindo-lhe uma autonomia em seus atos, escolhas políticas, faz-se necessário que os conteúdos, metodologias e os conhecimentos estejam inseridos no contexto de vida dos alunos, permitindo-os refletir, no ambiente escolar, sobre si mesmo e a realidade que o

circunda, abrindo caminhos para a sua transformação. A Educação dos sujeitos do campo deve atender as suas necessidades de reprodução social, valorização da identidade, do local onde produzem o seu modo de vida e trabalho.

Foi no sentido exposto acima que o Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), através do Projeto “Educação do Campo em Amargosa: Reconstruindo seus Caminhos”, fez parceria com a Secretaria de Educação de Amargosa para juntos desenvolverem o que se constituiu nas *Diretrizes para Educação Básica de Campo em Amargosa*, um documento elaborado a partir das reflexões coletivas a partir de dois encontros formativos para os profissionais da educação no município e um curso de extensão, buscando através desses espaços conceber um Projeto preocupado verdadeiramente com o campo considerando sua diversidade e especificidades.

Além dos dispositivos legais já citados, as Diretrizes para a Educação do campo de Amargosa (2012) se referencia no Plano Municipal de Educação (2007) que reconhece a necessidade de valorizar da identidade do campo, assim como de desenvolver a capacidade crítica para que os sujeitos da educação não se tornem apenas mão de obra para o sistema capitalista.

O Projeto procurou proporcionar para os camponeses e seus filhos um projeto educativo de base emancipatória sabendo que os mesmos vivem e produzem a sua existência em um campo historicamente marcado pelo trabalho escravo, pela exclusão, exploração e venda da sua força de trabalho de trabalhadores sem terra sem o apoio e a organização dos movimentos sociais.

O documento considera que as escolas, ao pensar em projeto político pedagógico para sujeitos no e do Campo, devem estar atentas para os meios pelo qual os seus sujeitos sobrevivem, trabalhando conteúdo que tenham relação com a vida. Para isso faz-se necessário travar discussões que perpassem por temas transversais, como ética, moral, meio ambiente porque o trabalho resulta da relação entre o homem e a natureza, esta é que garante a manutenção da vida do homem e a mulher do Campo, e para isso precisa existir um projeto sustentável para a comunidade. A escola deve ser espaços de movimento, superando a lógica pragmática e tecnicista dominante, possibilitando novos diálogos, considerando o que nos ensina Caldart, “Assim, quando a escola compreende o lugar na Educação do Campo passa a ter claro que ser humano ela precisa ajudar a

formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo hoje”.

Vemos então, que é necessário ter clara uma concepção de sociedade e ser humano que se deseja formar na Educação do Campo, principalmente com a presença do trabalho material. Os alunos e professores devem ocupar uma posição solidária e completa, a partir de uma investigação na comunidade acerca de quais conhecimentos são necessários para permitir a emancipação desses sujeitos para o sucesso da prática pedagógica. No campo essas relações vão se dar com os diversos sujeitos que ocupam este espaço a partir de divisões territoriais que produzem relações sociais

Para não concluir

Debater cultura e educação do campo precisou recorrer ao currículo, pois este é um espaço para a comparação de conhecimentos populares. Nesse sentido o papel da escola será primordialmente em dar significados aos conhecimentos já trazidos pelos alunos da própria comunidade, este é capaz de produzir novas e melhores informações, garantir um espaço educativo, no qual exista de forma permanente a circularidade de saberes, construir uma matriz pedagógica, que não se feche numa dimensão de particularidades dentro das séries ou disciplinas, o currículo precisa dar conta de especificidades, mas não perder com isso a visão ampla, não pensar apenas o específico, o fragmentando o conhecimento. Mas, ir além dos desafios, necessitando ser repensado, construir alternativas educativas e de organização curricular que contemplem a transdisciplinaridade, a troca de saberes, incluir elementos gerais e específicos na construção do conhecimento.

A educação do campo tem um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura, ela nasce aderida ao trabalho e à cultura do campo, os processos culturais formadores dos sujeitos que vivem no e do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo levando em conta a concepção de sua identidade. A cultura também forma o ser humano e dá as referências para o modo de educá-lo; são os processos culturais que ao mesmo tempo expressam e garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais: a Educação do Campo precisa recuperar a tradição pedagógica que nos ajuda a pensar a cultura como matriz formadora, e que nos ensina que a educação é uma dimensão da

cultura, que a cultura é uma dimensão do processo histórico, e que processos pedagógicos são constituídos a partir de uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente.

Nesse sentido a educação como fenômeno social possui dimensões básicas a serem analisada no que diz respeito à educação enquanto prática social que envolve métodos formais, informais e não formais, com atributos próprios, sua cultura e sua história. E ainda a extensão do campo de estudo, ponderando a riqueza dos exercícios pedagógicos, dos processos de construção do conhecimento e da articulação teoria prática.

Logo, não são apenas os saberes estabelecidos na sala de aula, mas também aqueles levantados na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço característico de sistematização, diagnóstico e de síntese das aprendizagens, se formando, num local de encontro das diferenças, pois, é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se catalogar com o mundo.

Referências

BAHIA. Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CALDART, R.S. Setor de Educação MST. (Síntese produzida para exposição sobre a Licenciatura em Educação do Campo, projeto UnB/Itterra, no XIV ENDIPE, POA, 29 de abril de 2008).

_____. Como se formam os sujeitos do campo?idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD,2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, II. “Por uma política pública de Educação do Campo” (Texto Base). Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004. Disponível em: <http://educampoparaense.eform.net.br/site/pages/biblioteca/documentos.php> Acesso em: 29 de agosto de 2011.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 2/01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2.txt>> acessado em: 18 de agosto de 2011.

FERNANDES, Bernardo MANÇANO, B.; Arroyo, M. Por uma educação básica do campo: a educação Básica e o movimento social do Campo. V.2. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

_____. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

LINS, Robson Oliveira. A REGIÃO DE AMARGOSA: TRANSFORMAÇÕES E DINÂMICA ATUAL (Recuperando uma contribuição de Milton Santos). Dissertação (mestrado) orientada Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2008.